



Velha Petrolândia: memórias de uma cidade perdida no semiárido pernambucano

Old Petrolândia: memories of a city lost in the semiarid of Pernambuco

Kerollayne Cavalcante GOMINHO^{1*}, Henrique Figueiredo CARNEIRO¹

¹ Universidade de Pernambuco (UPE), *Campus* Garanhuns, PE, Brasil.

* E-mail de contato: kerollayne.c.g@gmail.com

Artigo recebido em 30 de abril de 2020, versão final aceita em 04 de setembro de 2020, publicado em 18 de dezembro de 2020.

RESUMO:

Petrolândia é uma cidade localizada no semiárido pernambucano, inundada em 1988, com a instalação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga. Esse artigo discute as memórias coletivas acerca dessa inundação e seus efeitos subjetivos, a partir da análise de dez entrevistas individuais com os moradores da velha Petrolândia e de uma roda de conversa com jovens da Casa das Juventudes que residem na nova cidade. Por meio da análise do discurso, foi possível refletir sobre as referências históricas e imaginárias daqueles que viveram no antigo território e como elas repercutiram na população que não vivenciou a transição territorial. Foi observado que, por mais que se compartilhe o passado, o marco histórico da barragem não é alcançado pelos jovens. O sofrimento dos antigos moradores é oriundo da perda do território e dos monumentos, exigindo um trabalho de luto e adaptação à nova cidade. Institucionalmente, o descaso da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e da administração pública com a vida afeta até hoje o progresso e o desenvolvimento da cidade. Petrolândia assume perenemente uma dimensão transitória, a serviço da exploração hídrica e dos recursos naturais, inaugurada com a inundação da Velha Petrolândia. O resultado é a impressão sentida e relatada pelos moradores como habitantes de um não-lugar e uma forte identidade cultural pautada em uma posição melancolizada.

Palavras-chave: semiárido; territorialidade; memória coletiva; melancolia.

ABSTRACT:

Petrolândia, is a Brazilian city located at the semi-arid region of Pernambuco's State which was flooded in 1988 due to the installation of Luiz Gonzaga hydroelectric power plant. This work discusses the collective memories about this flood and its subjective effects through the analysis of 10 individual interviews with "old Petrolândia's" dwellers and one conversation with young dwellers from the "House of Youth" who live in the

new city. It was possible through discourse analysis to reflect about the historical and imaginary references of those who lived in the old territory and how they reflected on those who didn't experience the transition to the new. It was observed that as much as the past is shared, the Dam's historic landmark does not reach the young people. The former dwellers suffering is due to territory and monuments losses, which requires mourning and adaptation to the new city. Institutionally, the public administration and the São Francisco hydroelectric power (CHESF) neglect, still affects the city's life, progress and development. Petrolândia takes on an ever long transition state because of water and natural resources exploration after the flood. This results in the inhabitant impressions of living in a nowhere territory and a cultural identity based on a melancholic position.

Keywords: semi-arid; territoriality; collective memory; melancholy.

1. Introdução

Este artigo é fruto de pesquisa realizada com o objetivo de discutir a construção das memórias coletivas acerca da cidade de Petrolândia, em Pernambuco. Inundada em 1988, em decorrência da instalação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, gerou muitos contratempos na vida da população daquela cidade. Em função disso, investigamos como as narrativas dos familiares e moradores reverberam hoje, a partir de uma análise do discurso da população jovem, no que concerne à concepção imaginária sobre a velha cidade e as reflexões elaboradas em torno da perda coletiva.

Situando historicamente, em meados do século XVIII, nos arredores das fazendas Brejinho da Serra e Brejinho de Fora, Petrolândia nasce no sertão como um simples bebedouro para o gado que pastava nas redondezas. Essa fonte d'água passou a ser frequentada por vaqueiros que ali negociavam, nas adjacências de um vistoso Jatobazeiro, que gerou a nomeação do lugar como Bebedouro de Jatobá (IBGE, 1958; Menezes, 2014; IBGE, 2017).

Localizada no semiárido pernambucano, nas proximidades da primeira estrada de ferro que invadia o sertão, a história da cidade mostra que em

1909 Petrolândia foi elevada à categoria de cidade, na ocasião intitulada como Povoado de Jatobá. A partir de 1935, passa a ser nomeada como Itaparica, homônima à cachoeira que havia nos arredores. Porém, em homenagem ao imperador Dom Pedro II, que havia decretado a construção da ferrovia e o cais na região, unindo o baixo e o alto rio São Francisco, o município passou a ser denominado de Petrolândia, em 1943, e permanece com a denominação até os dias de hoje (IBGE, 1958; Menezes, 2014; IBGE, 2017).

No final da década de 1970, o Nordeste enfrentava o avanço no setor industrial, aumentando a demanda por energia elétrica e, conseqüentemente, o interesse no potencial dos recursos hídricos do rio São Francisco. Desse modo, o local passa a ser reconhecido pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) como uma possibilidade de responder às necessidades do avanço industrial, tecnológico e energético daquela época, iniciando, assim, as construções das barragens na região (CDDH, 1992; CODEVASF, 2010; Cunha, 2012).

A barragem de Itaparica começou a ser construída nos anos 1980, denominada como Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, passando a operar com a sua capacidade máxima em 1990 (CODEVASF, 2010). Nesse processo, uma área de 834 km² foi

inundada, atingindo por volta de 10.400 famílias, isto é, cerca de 40.000 pessoas das cidades de Petrolândia-PE, Itacuruba-PE, Rodelas-BA e o povoado da Barra do Tarrachil (Viana, 1994; Araújo, 2001; Suassuna, 2007).

Diante disso, a transição territorial aconteceu de forma gradual, sendo concretizada pelo ritual da procissão do santo padroeiro, São Francisco de Assis, levado da antiga Igreja Matriz para o novo território em 06 de março de 1988, data em que ocorreu todo o deslocamento populacional. Com isso, foram ocasionadas perdas das terras, que afetaram profissões relacionadas à agricultura, trazendo consequências para os setores financeiro e ocupacional desses agricultores. Além disso, atingiram a cultura, os valores e os costumes, as rotinas foram alteradas, o sentimento de pertencimento, muitos habitantes se evadiram do lugar, a vizinhança foi alterada e o cotidiano foi modificado (Pimentel Filho, 1988; CDDH, 1992; Pastoral dos Reassentados, 1995).

A Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga e seus impactos socioambientais também foram elucidados por diversas áreas das ciências, que enfatizam os prejuízos na flora e na fauna, a degradação do território geográfico, afetando o ambiente (Pimentel Filho, 1988; Ramos *et al.*, 2012), o dano moral ambiental coletivo (Suassuna, 2007) e os impactos sociais e históricos (Viana, 1994; Araújo, 2001; Sá, 2010). No que tange à psicologia, interessa-nos investigar como essa modificação territorial afetou e gerou sofrimento na população atingida, assim como também as adaptações necessárias às novas condições de habitações.

Segundo Freud (1917 [1996]), o luto é “a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como pátria,

liberdade, ideal etc.”. Nesse cenário da retirada da sua cidade de origem, a população passa a viver coletiva e individualmente o luto. Desse modo, uma parcela também pode apresentar traços melancólicos, quando sabe o que foi perdido – a cidade –, mas não consegue saber o que se perdeu junto a ela (Freud, 1917 [1996]).

Essa elaboração da perda perpassa questões de ordem psíquica, conscientes e inconscientes, levando à reflexão sobre o sentimento de pertencimento ao lugar. Entendemos aqui o lugar como concepção antropológica que, para Augé (1994, p. 76):

É o lugar do sentido inscrito e simbolizado, lugar antropológico. Naturalmente, é preciso que esse sentido seja posto em ação, que o lugar se anime e que os percursos se efetuem, e nada proíbe falar de espaço para descrever esse movimento. Porém, esse não é o nosso propósito: incluímos na noção de lugar antropológico as possibilidades dos percursos que nele se efetuem, dos discursos que neles se pronunciam, e da linguagem que os caracterizam.

À vista disso, amplia-se o olhar geográfico e o sentido da vida vai além da espacialidade. Aparecem peculiaridades de uma significação humana e das relações estabelecidas, seja nos percursos, seja no discurso e na linguagem. Pressupõe um nível de interação abstrata e de sentidos, o que requer o próprio processo de caracterização do lugar como sendo por meio da vivência real, com dispositivos de compreensão do mundo em sua experiência própria e compartilhada.

De forma mais demarcada, podemos destacar território a partir do geógrafo Haesbaert (2004), que não se reduz a política e fronteiras estabelecidas. Assume, também, dimensões econômicas e culturais que passam pelo sentido simbólico e pela

produção de significações. Nesse sentido, promove redes entre pessoas, mercadorias e informações, garantindo abrigo físico e identificação com o grupo nele inserido. Além de ser composto das relações de poder, configura-se, por um lado, em funcionalidade de material e, por outro lado, está simbolicamente ligado à imaterialidade.

Em outras palavras, o lugar parte de uma dimensão relacional subjetiva e o território interage em uma dimensão demarcada coletivamente, por isso assume uma esfera de institucionalização de poder, fronteiras e trocas. São conceitos complementares e não opostos. Assim se forma, a partir do lugar e da construção da territorialidade, uma possibilidade de vivenciar fluxos de produções humanas. Logo, estamos nos aproximando do que chamamos de patrimônio cultural de um povo.

Por definição, na Constituição de 1988, o Art. 216 destaca o patrimônio cultural como: “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. O documento passa a compreender os aspectos de expressão, criações de cunho científico, artístico e tecnológico, sendo eles: obras, documentos, edificações, conjuntos urbanos e sítios com valor histórico, paisagístico e antropológico (Brasil, 2016).

Foucault (2008), por sua vez, afirma que as relações e produções humanas são marcadas por hierarquias políticas, na construção do saber. Enquanto micropolítica, operam o discurso de verdade e legitimam o poder pelo fator econômico, podendo ditar os modos de vida segundo os interesses de uma classe dominante. Nesse caso, evidencia-se a maneira como um projeto de desenvolvimento do potencial energético pode ser vislumbrado como

prioritário, desconsiderando os danos ao patrimônio de uma comunidade. Nesse viés, ao passo que destrói um território, traz-se um discurso valorativo desse processo, prometendo a melhoria da percepção, quase ilusória, de ganho, menosprezando o sofrimento da população.

Destarte, de acordo com Carneiro (2006), essa perda do patrimônio material reflete na vida privada do sujeito:

Os elementos de uma cultura material servem de alças, brasões e insígnias importantes na construção de uma identidade de pertença a um lugar, a uma gente, a uma cultura enfim. Por conseguinte, toda perda sofrida pela cultura material deixa marcas impagáveis na memória desse povo. Cada atentado realizado contra o patrimônio cultural material de um povo gera traumas muitas vezes insuperáveis, que se articulam com outras sensações de perdas, já vivenciadas por cada cidadão, no âmbito de sua vida psíquica privada (p. 20).

Desse modo, após mais de 30 anos da inundação da velha cidade, esse fato atinge, ainda, a imaterialidade no que diz respeito à história, aos sentimentos, aos costumes e aos valores, guardando implicações nos modos como a experiência foi passada às novas gerações.

Segundo o sociólogo Halbwachs (1990), a memória tem uma dimensão individual, mas na verdade se constitui socialmente e se armazena também coletivamente. Vai além da história, acompanha os fatos que geram percepções e afetações em grupos, formando uma realidade e a identidade de um povo.

O seu discípulo, Pollack (1992), aprofunda essa ideia de identidade a partir da memória coletiva de um povo. Podendo ser construída por meio da história oral, um fenômeno da narração que remonta

cada época também se constitui nos objetos de valor simbólico, por exemplo, álbuns de fotografias, jornais, monumentos. Essas experiências seriam vividas, ainda que sem a participação direta, e acabam sendo fortes o suficiente para se impregnar no imaginário social, sendo uma memória praticamente herdada, contribuindo para a socialização histórica ou política.

Para Lacan (1996), os registros psíquicos, o simbólico, o imaginário e o real se articulam e compõem a base para pensar a relação do sujeito com o Outro, contendo aspectos conscientes e inconscientes. O próprio inconsciente se constitui por meio da linguagem e das representações e significantes que determinam o sujeito. O real é um registro do psiquismo imutável do sujeito, está em um plano impossível de ser apreendido e torna-se presente pela repetição. Ademais, isso afeta as relações imaginárias de um povo, trazendo danos para a vida psíquica.

Partindo do pressuposto de que a inundação é parte da memória coletiva do petrolandense, este trabalho traz depoimentos de jovens que não viveram a transição territorial, com enfoque no discurso dos antigos moradores da Velha Petrolândia, e discute a forma como foram afetados por essa mudança de curso na história da nova cidade. Mostra, além disso, possibilidades de refletir sobre o progresso e construções que modificam o meio ambiente e, conseqüentemente, alteram a noção de território e lugar das pessoas, contribuindo para estudos da psicologia que envolvem a dimensão do mal-estar

nas cidades e populações atingidas por barragens construídas no semiárido. Expõe a importância da dimensão subjetiva do sentido de lugar na vida do cidadão afetado. Portanto, pretende dar voz às populações que foram silenciadas no processo de perda do patrimônio cultural, material e imaterial.

2. Metodologia

A pesquisa de campo ocorreu em 2018, ano em que foram completados 30 anos da inundação da velha Petrolândia. Como estratégia metodológica, na primeira etapa da coleta de dados foi realizada uma roda de conversa com os jovens. Por meio desse instrumento, permitiu-se o diálogo grupal aberto, dando prioridade às temáticas relevantes para discussão coletiva, favorecendo a expressão e a comunicação do grupo, assim como afirma Antonio (2017).

Por conseguinte, a roda de conversa contou com nove jovens, participantes do programa Casa das Juventudes¹ do município, com a idade entre 15 e 29 anos, a qual contempla a faixa etária de acordo com o Estatuto da Juventude. O critério de inclusão foi jovens membros das famílias que moraram na velha cidade.

Como disparador para o diálogo com os jovens, foi escolhido o documentário da TV Universitária *Um dia. Itaparica*², especificamente o trecho em que aborda a cidade de Petrolândia na época da transição territorial, em 1988, as expectativas

¹ A Casa das Juventudes é um programa da Secretaria da Criança e da Juventude (SCJ) regulamentado pela lei nº 14.577/2011, em parceria com os municípios, que visa apoiar a formação política e cidadã, fortalecendo a participação dos movimentos coletivos, incentivando a cultura e ofertando cursos profissionalizantes. Consultar: <<http://www.scj.pe.gov.br/casasjuventudes>>.

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nviRdUUKtZE&t=51s>>. Acesso em: 12 maio 2018.

e os sentimentos dos antigos moradores com essa mudança, desse modo suscitando a reflexão dos sujeitos de pesquisa.

Na segunda etapa da pesquisa, para averiguar a concepção imaginária dos moradores da velha cidade, optou-se pela técnica de entrevista individual semiestruturada, com a finalidade de coletar dados de forma personalizada (Ruiz, 2006). Essa técnica foi escolhida porque houve a necessidade de adaptação aos horários dos entrevistados, já que foram abordadas pessoas em localidades distintas na cidade.

Diante disso, foram realizadas 10 entrevistas com os moradores da Velha Petrolândia, de ambos os sexos, cinco homens e cinco mulheres, entre 48 anos e 78 anos, tendo no mínimo 18 anos na época que ocorreu o deslocamento populacional. O intuito foi o de resgatar a memória e os diferentes pontos de vista em torno do antigo município e seus espaços urbanos e rurais, distribuídos nas diversas faixas etárias e vivências subjetivas.

Os sujeitos envolvidos na segunda parte da pesquisa foram elegidos por amostragem de Bola de Neve. Essa técnica, para Vinuto (2014), consiste em indicações de informantes-chave; nesse caso, os moradores da cidade indicavam o contato de outros informantes, contribuindo com o perfil de inclusão da pesquisa.

Ademais, com a técnica de observação livre, que consistiu no registro diário de campo, o objetivo foi o de complementar e trazer as implicações subjetivas.

Após coletado o material, foi executada uma análise do discurso, na perspectiva da escola francesa fundada por Michel Pêcheux. Assim, como afirma Batista-Soares (2016, p. 223), podemos compreender que “o papel do sujeito e do inconsciente

faz parte da constituição histórica dos discursos que circulam (de modo inconsciente) na sociedade, através de uma formação discursiva em uma conjuntura dada”. A análise do discurso pode ser pensada enquanto disciplina que lança olhar para o lugar social e evidencia o sujeito da linguagem (Melo, 2005).

Conforme Orlandi (2009), o procedimento de análise leva em consideração as propriedades do discurso, um processo de constituição de sentidos e de sujeitos. Na primeira etapa, foi evidenciada a textualidade da superfície linguística que, para a pesquisa, evidenciou os processos de perdas. A segunda etapa busca a produção de sentido ligada à memória constitutiva, localizada no interdiscurso. Nesse caso, a narrativa se interligava, visto que trazia vivências de luto e de melancolia entre antigos moradores e até mesmo entre os jovens do novo município, então sendo possível a terceira etapa, que avança na construção das formações ideológicas, evidenciando o discurso da língua e sua historicidade, também podendo ser analisados o não dizer e os silêncios. Nessa última etapa, revelou-se a ausência de elementos concretos de memória, o que permite idealizar as disputas entre a luta de movimentos sociais e os esquecimentos constitucionais.

Os participantes da pesquisa tiveram seus nomes preservados, sendo nomeados como personalidades nordestinas.

3. Resultados e discussões

Os entrevistados dessa pesquisa evidenciaram os impactos na memória coletiva, a perda do patrimônio material e a melancolização na narrativa da velha cidade atrelada a lembranças dos lugares e

tradições. Essa melancolia se revela na perda que ocasiona o luto disfuncional, em uma relação de depreciação tanto de si como do direcionamento de satisfação (Freud, 1917 [1996]), bem como apresentam-se as memórias infantojuvenis daquele momento de vida.

Pelo cenário que não mais se apresenta e a irreversibilidade do próprio tempo, trouxeram também a “raiva” ou “tristeza” (*sic*) do novo território. Foi apresentado o processo de adaptação com traços melancólicos, visto que o sentimento de pertença está articulado às relações sociais e familiares construídas a partir de memórias da velha cidade em detrimento da atual.

Foram elencadas três categorias de análises, a partir do discurso dos antigos moradores e dos jovens, sendo demarcadas pela interlocução construída na produção de sentido social, das formações imaginárias e das concepções simbólicas. A primeira categoria realça a dimensão da memória nas narrativas dos monumentos e vivências tradicionais de aspectos culturais. A segunda categoria apresenta o esquecimento, partindo da compreensão de como foi o impacto da construção da Barragem para os moradores, a resistência dos sindicatos e o processo de sofrimento na nova cidade. A terceira categoria abrange a melancolia, sentimento que é despertado em quem viveu as problemáticas que foram desencadeadas no novo território, bem como as estratégias para pertencer à nova terra.

3.1. Memórias: lugares, monumentos e tradições

Para percorrer os caminhos do cotidiano da velha Petrolândia, fez-se necessário entrar em

contato com a relação estabelecida pelo povo petrolandense e como se apresentavam a paisagem e os monumentos existentes, assim como os modos que se organizavam, além de festas e datas comemorativas. Destaca-se, aqui, a união dos habitantes, a calma e a beleza do lugar. “*Lá era possível dormir na calçada de casa*”, assim disse Maria Bonita, (72 anos) que narra:

Ali era um povo que tudo conhecia uns aos outros (...) e o povo era... era humilde, aquele povoado em volta, que nem o Brejinho, Várzea Redonda, Várzea Alegre, a Barreiras né? Tudo era povoado vizinho de Petrolândia (...) era muito calma e pacata, que inclusive as famílias ficavam tudo na frente, tinham uns lajerões na minha casa, a gente dormia até amanhecer o dia e ninguém num mexia com a gente (...) lá era uma cidade muito amorosa (...) lá não tinha estranho, tudo família, a família coligada (...)

“*Lá em Petrolândia a gente vivia uma vida mais tranquila, né? (...) fomos criados na paz, alegria, emoção, Petrolândia foi tudo, a velha Petrolândia foi tudo pra gente!*” (Lampião, 55 anos). Também podemos destacar desde a arquitetura até os locais e as diversões daquela época, marcada pelo tempo da ditadura, moral e cívica, pelos bailes, discotecas e suas características entre os anos 60 e 70:

Cidade bonita e próspera, com uma arquitetura estilo barroco colonial (...) aqueles casarios, casas coligadas, de paredes grossas, né? (...) com pinturas bem forte e com detalhes nas frentes das casas, ruas amplas, compridas, largas (...) a diversão nossa na velha cidade: cinema, andar na praça, bailes, que eram tradicionais (...) a via férrea, que era exatamente o trem que Dom Pedro II deu ordem pra ter em Petrolândia, com a via férrea, chamava-se Great Western, um nome em inglês, que foi criada de Petrolândia até Piranhas (...) existia essa troca de

mercado entre Alagoas e Pernambuco (...) (Rachel de Queiroz, 53 anos).

(...) a gente lavava roupas naquelas pedras, era tão bom, eu brincava muito de pastoril (...) grêmio litero recreativo de Petrolândia que era onde a gente dançava e as festas era muita boa (...) tomar banho na croa (...) quando o rio secava um pouco, eu sei muito bem nadar, aí a gente passava o dia tomando banho, ninguém tinha maldade não, ótimo! (Nísia Floresta, 62 anos).

Sobre essas pedras, havia uma delas chamada Pedra de Nair, famosa pelo banho e lavagem de roupas e também pelas lendas. Pode-se destacar ainda as festas e a programação cultural, que acontecia junto a Barreiras, um perímetro agrícola, localizado na área rural de Petrolândia, um distrito bem desenvolvido. Apesar de uma relação “familiar” (*sic*), existiam competições em relação aos festejos tradicionais:

(...) tínhamos a festa de outubro (...) padroeiro... Mas lá nos tínhamos um ciclo cultural de festa que tem hoje aqui... tinha o carnaval de seu Panta, que era o carnaval dos bonecos de Panta (...) tinha disputa de carnaval de Petrolândia e carnaval da Barreiras. No que se refere às festas religiosas, semana santa tinha, a gente esperava além da festa, dos ritos da igreja católica, tinha um rito popular; chamava-se os Penitentes (...) na sexta-feira santa, numa noite, mas... com aquelas capas que ninguém via, vinham cantando e chegavam lá na igreja faziam os ritos e de manhã na sexta-feira de manhã a gente ia para o cruzeiro, que aqui é a serrota (...) no São João tinha festa nas ruas, tinha São João nos clubes, chamava roceiros, tinha aquela tradição todo ano, 7 de setembro era lindo demais (...) tanto eu saía de farda da escola, como de traje típico (...) (Rachel de Queiroz).

Barreiras pôde ser ilustrada pelos entrevistados que lá residiam e relataram os aspectos de vida dos Granjeiros, voltados aos interesses do campo, apesar de concentrar atividades predominantemente urbanas. Segundo Scott (2009), esse processo urbano gerava segurança econômica também para a área rural, que se revelava no baixo índice de desemprego e com atividades agrícolas eficientes apontadas nas narrativas:

E o que você pensasse tinha, de fruta, fábrica de doce, fábrica de algodão, pois é. Ave Maria! Pra mim era um céu, quando a gente fala na Barreira, um bocado deles aí... O cabra se engasga, se emociona né? Eu mesmo sou um. O clube era o melhor do mundo, pra mim era o melhor de Petrolândia (...) vinha tudinho, era... era festona, era carnaval de arrombar mesmo, que nem diz o outro, de se lascar mesmo, era bom demais, pronto, o carnaval pra mim, não tinha coisa melhor do mundo (Ariano Suassuna, 54 anos).

Como afirma Pollack (1989), esses elementos são os lugares da memória, ou lugares imaginários que se mostram como pontos de referências concretos que passam a ser imagens, reforçando os sentimentos de pertença e as fronteiras socio-culturais, sendo possibilitadas memórias sociais, ou públicas, que se evidenciam individualmente e com repercussão para grupos. Nesse sentido, seus discursos, mesmo sendo colhidos individualmente, estavam marcados pela historicidade coletiva, que passa entre as gerações, aparecendo na roda de conversa com os jovens.

Bráulio Bessa (28 anos) nos narra que seu pai trazia histórias daquela época e quando questionado se já ouviu falar da antiga cidade: “(...) *Eu já... direto, todo dia, não aguento mais* (risos) *pai direto (...)* É, vem cá, vamos conversar, você vai saber

como era no meu tempo, pega a cadeira". E... "tá bom, pai!" (risos). Ou também ilustrada por Clarice Lispector: "Minha mãe disse que quando ela era pequena pulava muito no cais".

Sendo assim, traz à tona o que Pollack (1992, p. 207) explica como identidades coletivas: "Todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência". Guardar essas memórias públicas gera a identificação grupal, que vai sendo passada entre as gerações, sendo possível a apropriação da territorialidade.

Partindo desse pressuposto, a realização dessa pesquisa demonstrou a identidade na história narrada como patrimônio imaterial que a identifica no processo de pertencimento a uma terra perdida no semiárido, mas lembrada na memória que é compreendida como um lugar seguro.

As entrevistas aconteciam às vezes nas casas deles (me mostravam fotos, jornais, lembranças), na feira (entre uma banca e outra) no local de trabalho (parando suas atividades para dedicar um tempo a falar da antiga cidade) até na rua mesmo, nos encontros inusitados. Além do mais chegavam outras pessoas que interrompiam por alguns instantes, se sentiam à vontade e por reconhecer que a pesquisadora era da terra e conheciam os seus familiares, confiavam e contavam de si com naturalidade, se emocionavam, soltavam gargalhadas, o povo de Petrolândia é desconfiado, ou um tanto curioso, eu precisava me apresentar todas as vezes, não só com meu nome ou como estudante de psicologia da UPE, mas com meu pertencimento aos que são de lá, muitos estão dispostos a falar e de alguma maneira ainda guardar essa memória viva (Diário de campo, 13 de agosto de 2018).

Dessa maneira, suscitar memórias coletivas é compreender o processo de continuidade e os modos próprios dos sujeitos se relacionarem enquanto povo. Nessa direção, o único elemento concreto da Velha Petrolândia é a igreja submersa do Sagrado Coração de Jesus, que resiste imponente ao tempo, fazendo a ligação entre épocas remotas e recentes. Ela se banha literalmente na dimensão monumental, que se compõe de referência imaginária, negociando uma memória coletiva e fazendo parte da história da população. Sendo esse um fator importante para a memória da cidade, sua relevância foi retratada no estudo de Suassuna (2007), que mostra a última missa como um ritual de passagem importante.

3.3. Esquecimento: transição territorial, progresso e desgosto

(...) A água que te deu vida agora quer te afogar (...)³

Os impactos da construção e da implementação da usina hidrelétrica levaram as pessoas de um território seguro para as inseguranças, em muitos níveis, incluindo a adaptação ao novo e a perda da sua autonomia de escolha e subalternidade nas tomadas de decisão no próprio território e na vida privada. Diante disso, Scott (2009) discorre sobre esse processo como "violência administrada", que estaria interligada na violação de direitos, na anulação de seus patrimônios e na ineficácia das políticas de reassentamento e moradia.

Também se destaca o fato de uma parcela da população de classes baixas não ter o acesso à informação, ou quando tinha não acreditava que fosse possível a inundação dos municípios. Já

³ Música composta pelo Pe. Antônio e performada pelo Coral Vozes de São Francisco, gravada no LP *Saudades de Petrolândia* em 1988.

aqueles que se engajavam nos movimentos sociais, ou mesmo tinham uma condição financeira mais elevada, estavam cientes do que viria a acontecer, ou seja, o saber/poder está intimamente ligado à luta de classes e aos discursos que se estabelecem nas relações do saber/não saber (Foucault, 2008).

Concomitante ao processo de instalação da usina hidrelétrica, os sindicatos dos trabalhadores rurais começaram a lutar e resistir pelos direitos ao reassentamento, à casa, à dignidade e à participação nas decisões da CHESF, diante do exemplo de descasos enfrentados pelos povos de Sobradinho e Moxotó em construções de hidrelétricas na região, ocasionando a resistência social para enfrentamento do contexto em Petrolândia (Pimentel Filho, 1988; Polo sindical, s.d.; CDDH, 1992; Pastoral dos Reassentados, 1995).

A partir de 1976, começaram a se organizar, mas foi em 1979 que iniciaram as primeiras reuniões e assembleias para discutir as reivindicações e levar à CHESF as suas pautas. No mesmo ano, foram dados os primeiros passos para a formação do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA, o qual foi extremamente importante para pressionar os órgãos responsáveis pela construção da barragem, chegando à paralisação do canteiro de obras e à obtenção de grande parte dos acordos com a CHESF, CODEVASF e o Governo (CDDH, 1992).

Essa narrativa dos movimentos sociais foi trazida por metade dos entrevistados e a juventude não mencionou esse fato na roda de conversa. O fenômeno não dito pode não cair no esquecimento e sim indicar uma certa resistência a discursos oficiais, sendo uma possibilidade de gerar uma memória com certas negociações, ou mesmo as

batalhas por memórias, já que também pode ser um conflito (Pollack, 1989).

O fator do esquecimento está presente em outras experiências de populações atingidas por barragem, como, por exemplo, a cidade de Sento Sé, onde se construiu a Barragem de Sobradinho entre os anos de 1970, que é apresentado por Braga (2014) no CONINTER 3 – Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades. Em seu estudo, ele evidenciou a necessidade de muitas memórias serem resgatadas em associação às tensões e ao contexto que se relacionam entre a elite local e os moradores, sendo possível entender uma dimensão histórica pouco discutida, nesse caso, a história das elites nas representações simbólicas, até nos arranjos políticos locais, que passa pelo crivo do esquecimento e da lembrança. Mais do que isso, passa pelo resgate da memória perdida.

Em vista disso, também será destacada aqui a memória da inundação da cidade da Velha Petrolândia, que é lembrada por Ariano Suassuna (53 anos), que narra a rapidez com que a água começou a invadir a cidade:

Foi muito mais ruim para os pais. Papai mesmo foi um dos últimos a sair de lá. Suiu quando a água tava aqui (apontou a altura da água em seu tronco) tava na calçada dele, já tava enchendo d'água (...) na verdade, a gente sabia que vinha devagar a água, mas depois quando ela veio, perdeu muita coisa um tio meu. Telha! Tirar telha, a gente jogava de cima da casa, dando flecha dentro d'água, a água chegando. Ave Maria! Era um corre-corre tão grande que Ave Maria, homi! Um desgosto. Mas a gente só faz lembrar.

Carneiro (2006) menciona essa banalização do patrimônio como geradora de sofrimento psíquico,

pois resvala justamente na cidadania. Articula-se junto à cultura em suas manifestações naturais, materiais e imateriais. Sendo uma referência identitária e fonte de inspiração para o sujeito, ou seja, atingir elementos do cenário cotidiano, pode ser percebida como uma lesão em sua vida psíquica ou na segurança do processo civilizatório, que é o pacto social.

Quando realmente acontece a transição territorial, os jovens que não se importavam passaram a sofrer com a adaptação. Já os idosos não aceitavam e, quando aconteceu, sofreram diante da saída de casa, gerando não só tristeza, mas também mortes. Os excertos a seguir marcam o discurso daqueles que sentiram a perda de território, patrimônios e histórias:

Dessa barragem, essa mudança, pra uns foi bom, pra outros até morreram, uns enfartaram, outros ficaram malucos, doente e coitado! Outros ficaram atrás de psicólogo, de psiquiatra tudo, porque não teve como, né? (...) eu mesmo tirei a minha mãe daqui, quando vim pra cá tirei minha mãe e ela não demorou muito morreu, ela saiu daqui praticamente infartada (João Pernambuco, 78 anos).

Minha fia eu fiquei muito triste, se eu lhe disser, eu tenho essa idade não vou mentir, meu pai chorou (...) Você veja que já ouviu falar que morreu bastante gente, durante essa transferência de cidade pra cidade, teve gente que não se adaptou morreu logo, se era de desgosto, se era de falta de alguma coisa, se era... ninguém sabe dizer né? (Nise da Silveira, 63 anos).

Barbara de Alencar relata como percebeu a experiência entre as variadas gerações e analisa o fato de um modo amplo, na experiência coletiva:

Nós jovens daquela época entendia como uma coisa boa, já os mais velhos a gente percebia a angústia deles né? Principalmente os mais velhos do sítio, eles nem acreditavam que ia ter realmente essa inundação (...) começou a ir lá que viu a água. Foi que começou assim o drama (...) então foi muito sofrido, no primeiro ano aqui. (...) a gente nem sabia onde os conhecidos moravam, era uma coisa muito angustiante, né? Não tinha arborização... não tinha igreja (...) uma pessoa até comparou com a natureza. Você olhe, veja uma planta, se a planta for nova, pequena, você tira de um canto, ela se adapta em outro, mas uma árvore adulta, se você arrancar daqui, plante em outro canto ela não vai, ela morre! Então compararam isso com os idosos da época (...) só foi melhorando à medida que a gente foi se engajando de novo, criando coisas pra gente se organizar (Barbara de Alencar, 48 anos).

Sendo assim, foi observado que todos os entrevistados com menos de trinta anos na ocasião do deslocamento não sentiram o impacto inicialmente, porquanto encaravam essa mudança com otimismo, ao contrário daqueles que tinham idade superior aos trinta; esses encaravam com tristeza e reprovação a ideia de saída do território. Esse resultado reflete as características de flexibilidade e de adaptação ao projeto de ideal social do jovem frente ao adulto, que já está amadurecido e acomodado em uma posição subjetiva (Caligaris, 2000).

No diário de campo, foi registrado como a atual juventude percebe o processo da transição entre as Petrolândias, sendo revelada a comparação e a valoração de um território em que não viveram, a partir de um ideário de gerações anteriores.

Escutei suas curiosidades de como era a Petrolândia Velha. – E se a gente ainda estivesse lá? –Será que seria melhor? – Será que a gente ia gostar mais? – Eu queria ter conhecido tal lugar! Foi retirada a possibilidade de conhecer uma parte da história da família

deles. Foram arrancadas as origens e na nova cidade não há o que una o povo, uma identidade cultural, seja nos costumes ou ritos, na dança e na música. Parece ser disperso e suscitar o ócio, são poucas as oportunidades de lazer, não há educação superior e vagas de emprego são reduzidas ao comércio e à dedicação a práticas agrícolas. A saída parece ser sair de lá, já que, como disseram, a violência só aumenta e a perspectiva do futuro parece ser pouco vislumbrada (Diário de campo, 7 de agosto de 2018).

Bráulio Bessa, aos 6 anos, conta de sua curiosidade com o antigo território:

Eu era curioso pra ir ali naquela igreja ali (...) eu tava tão curioso, que eu fui lá e caí na água, do barco, foi! Caí, se não fosse meu avô (...) ele é pescador, aí teve uma vez que ele disse: eu vou pescar lá perto da igreja aí eu disse deixa eu ir (...) agora eu vou levar, vê se fica quieto, lá é fundo, eu digo tá bom, vou ficar quieto. Ficar quieto? Hã! Ele deu um vacilo eu fui béi (risos) (...) aí ele eita meu fu, cadê meu fu e eu lá... tava lá eu embaixo. Curiosidade pra saber né?

Pesquisadora: – Pra saber se tinha alguma coisa lá embaixo?

– É!

Esse acontecimento ilustra como a transmissão entre as linhagens repercute no imaginário e no plano simbólico das representações significantes o processo de validação do que lhe é passado. Bráulio Bessa (28 anos) se arrisca numa tentativa de saber sobre as origens do seu território.

Com isso, reproduzem o luto de algo que nunca viveram, herdando traços melancólicos que carregam um sentido histórico, apontando para o mistério e a continuidade da cidade. Nesse sentido, apesar de vivenciarem a política pública com a participação na Casa das Juventudes, que traz aspectos culturais importantes e resgata neles

esse sentimento de pertencimento, sabem do fato histórico da hidrelétrica, porém pouco se implicam politicamente.

Isso acontece por um processo em que a memória, para Halbwachs (1990), quando não vivida por alguns do grupo, é imposta ou mesmo influenciada a animar uma sensação de participação daqueles eventos pelo resto das pessoas. Porém, tem um tempo limitado de continuidade, serve para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e identidade.

Isso pode fazer compreender o sentimento melancólico que ainda resiste, associado ao grupo ainda ser composto por memórias da antiga Petrolândia, mas com o tempo pode acontecer o desaparecimento da memória coletiva e da história, ocasionando o esquecimento. Por isso o grande desafio seria manter as memórias, mas não operando efeitos de sofrimentos causados por antigas gerações, com possibilidades de pertencer ao grupo e adicionar novos modos de ocupar a história.

3.3. Melancolização: Atlântida pernambucana, novidades e problemáticas

A lendária ilha de Atlântida, apresentada por Platão em seus livros *Timeu ou a Natureza* e *Crítias ou A Atlântida*, poderia ter existido 9.600 anos a. C. O filósofo retrata como uma civilização pré-histórica bem desenvolvida desapareceu a partir de um desastre natural. Foi afundada, não se sabe ao certo como, por isso até hoje é motivo de pesquisas; dizem que era rica em vegetais e minerações (Duarte, 2015).

Por meio dessa semelhança mítica da inundação, a Velha Petrolândia pode ser considerada e aqui

nomeada de Atlântida, uma civilização perdida, mas reconstruída a alguns metros de seu antigo território. Mesmo demonstrando riqueza nos recursos naturais, vivenciou antes da inundação uma seca, entre 1979 e 1983, que afetou a agricultura e a criação de animais. Com isso, a vida no semiárido se soma às mudanças climáticas e à desigualdade social, bem como suas perdas (Scott, 2009). O sertanejo na circunstância da seca do semiárido nordestino já carregava a vida dura de retirante, precisando lidar com a melancolização, em sentido de território e necessidades básicas, ao longo de sua história.

Logo, o que está no cerne das negociações políticas para o semiárido é o desenvolvimento de uma linha argumentativa associando a distribuição do conhecimento de técnicas agrícolas adequadas ao meio ambiente com as infraestruturas apropriadas a esse clima, baseada em conhecimentos tradicionais no manejo desse ecossistema. Ao associar essas duas medidas, seria possível diminuir a vulnerabilidade dos grupos sociais desprivilegiados daquela região. Porém, o que se percebe é que as técnicas agrícolas passam a ser colocadas como mais importantes do que o pequeno agricultor, excluindo os trabalhadores do processo de valorização do semiárido e das estratégias de lidar com as adversidades do clima (Teixeira, 2016).

Com esse processo argumentativo, a CHESF passa a ser percebida por muitos como avanço para a região sertaneja e os entrevistados mencionaram, entre as melhorias, a construção de casas para pessoas que não possuíam, por não terem um vínculo empregatício, ou terras para aqueles que eram subordinados a produtores rurais. Por outro lado, é acusada como órgão que não cumpriu com todos os acordos, segundo os entrevistados, com

exceção de Jorge Amado, que aponta sua insatisfação com a política:

Eu sonhei com uma cidade mais estruturada, uma cidade bem elaborada (...) a minha decepção foi justamente o que ocorreu, né? Por exemplo: ruas estreitas, saneamento básico não houve, tudo isso em função da corrupção que já existia na época (...) entregaram uma cidade sem calçamento... uma cidade sem infraestrutura, toda desorganizada (...) Petrolândia tinha um cais, mesmo que não tivesse o cais, mas fizesse uma coisa mais moderna, não teve. O campo de aviação não teve. (...) a primeira Hidrelétrica foi a de Petrolândia, e a gente ficou sem nenhuma história disso aí, a gente tinha um cinema que se acabou (...) não pensaram em preservar a história palpável de Petrolândia (...) por falta de interesse político, que colocavam dinheiro inferior ao pensamento evolutivo, ao pensamento de preservação e terminou prejudicando os jovens e inclusive que não conhecem a história de Petrolândia.

Mestre Vitalino completa trazendo a insatisfação com a reconstrução dos monumentos e destaca a cultura como sendo determinante, mas esquecida pelos governantes locais:

Segundo a mudança, o que ficou determinado é que, por exemplo, a gente tinha pontos turísticos lá (...) a gente teria aqui né? Nunca aconteceu, quer dizer a gente teria clubes recreativos, balneários, etc. e tal, pra que serviria isso? Pra meus filhos, meus netos. (...) É isso que chamamos de progresso? Pouco a pouco, nós somos, estamos sendo esfacelados, pisoteados, exterminados e não podemos tomar providência de jeito nenhum, dói, é triste (...) Educação, saúde e cultura, esses três fatores se eles tivessem aplicado há 10 anos atrás, isso aqui estava tão bom (...) A dificuldade é alguém querer apoiar, é enxergar o lado cultural, que os filhos dessa cidade têm. (...) A sequência de tudo, é a cultura!

Acrescenta que achou a antiga estátua do primeiro prefeito, que ficava em uma praça da antiga cidade, no “lixão” da cidade: “*Isso é cultura, gente? Isso é forma de a pessoa cuidar da nossa cultura? Da nossa imagem*”. Este fato também pode estar associado à insatisfação popular com a administração pública e com o episódio dessa perda. Isso gerou traços melancólicos que, coletivamente, se expressaram com uma punição do objeto de amor (território) e autorrecreinação (vivida pela população). A irreversibilidade que se observa na morte desse lugar revela o luto e assume por vezes essa dimensão melancólica no sentimento social.

Freud (1917 [1996], p.28) afirma que a melancolia:

Se caracteriza por um desânimo profundamente doloroso, uma suspensão do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e um rebaixamento do sentimento de autoestima, que se expressa em autorecreinações e autoinsultos, chegando até a expectativa delirante de punição.

Podemos analisar a melancolia a partir da perspectiva de um sentimento coletivo de punição do território. Não conseguindo amar esse novo território, recriminando o lugar que passou a ser substitutivo da perda, passa a ter uma representação e instaura o que foi perdido vivendo no novo território a própria perda. Nesse aspecto, reflete a melancolia, carregada pelos danos das vidas privada do sujeito e coletiva, sendo articulados à vivência no semiárido sertanejo junto à mudança de território e aos processos adaptativos que exigem uma posição subjetiva flexível.

Assim, Bárbara de Alencar nos narra que “(...) é uma ferida que acho que nunca vai curar, porque

assim eu e todos daquela época, a gente não pode mais voltar, né? Meus filhos nunca vão conhecer o lugar que eu estudei, o lugar que eu vivi, né?” Nise da Silveira ainda acrescenta que não conseguiu amar realmente esse novo território: “*Eu ainda não gosto daqui. Eu vivo aqui porque tenho meus filhos, tenho minha família, mas cidade boa era a antiga, mas essa daqui deixa muito a desejar*”.

Nesse sentido, o esvaziamento cultural, a falta de “força política” (*sic*) e essas mudanças no laço social marcaram a transição territorial. Mas, atualmente, foi apontado pelos entrevistados como maior atraso na nova cidade a ausência de ensino superior, como diz Maria Bonita: “*Só o que está faltando pra cidade evoluir é a faculdade (...) termina aqui e segue o rumo nas outras cidades e a cidade fica sem a juventude*”. Consequentemente, esse processo gera migração e falta de perspectiva de futuro para os que permanecem, crescendo o ócio e a violência. Como é apontado por Carneiro *et al.* (2010), a violência passa a acontecer no ócio nocivo, sendo interessante a operação de passagem para um ócio produtivo como modo de evitar a degradação das esferas individuais e sociais.

Em contrapartida, podem ser destacadas características das quais a população se orgulha na nova Petrolândia. Uma delas foram os ganhos com os movimentos sociais que garantiram o reassentamento dos trabalhadores rurais:

Hoje, Petrolândia ela está de Parabéns (...) com o reassentamento dessas famílias, eu ando por aí e vejo, eu fico tão feliz, que justamente ali tem... ali tem um pedacinho do trabalho da gente, daqueles que já não estão lá, mas nós trabalhamos pra que acontecesse, então isso pra gente, a gente se sente realizado, né? (...) Petrolândia é uma maravilha (...) aqui tem tudo, né? Nós é quem temos que valorizar e observar, que

realmente aqui em Petrolândia é uma maravilha, agora os moradores de Petrolândia é quem tem que valorizar, é quem tem que zelar pela sua própria cidade. (...) (João Pernambuco).

Esse reconhecimento da territorialidade, como afirma Haesbaert (2004), é a possibilidade de multiterritorialidades, a interação entre grupos em seus múltiplos territórios que se dá em toda relação. Essa pluralidade de territórios vivenciais, nos sentidos mais amplos da territorialidade, como abstração de sentido e na sua mobilidade, cria outros e novos territórios. Nessa direção, o território passa pela apropriação afetiva, como se evidencia no discurso de Jorge Amado:

Petrolândia é uma cidade autossuficiente (...) ela é muito melhor do que muitas cidades, veja, ela está na margem do rio São Francisco, que manda energia, ela gera energia, qual a cidade que gera energia aqui? Só tem Paulo Afonso e Petrolina, aí você vai ter Xingó, depois vai ter Sobradinho, lá na Bahia. Petrolândia é a única cidade de Pernambuco que gera energia, não é um orgulho?

O novo espaço é sempre comparado ao antigo, porém, há uma tentativa de se fixar ao novo município, já que só o que resta é a saudade da velha Petrolândia, que estabelece uma posição melancólica. Vale ressaltar que na nova cidade a seca não se apresenta como antes se vivia, sendo considerada com um rico potencial hídrico capaz da irrigação e do cultivo, a partir da represa do Rio São Francisco, dando lugar ao lago de Itaparica.

Também não aconteceram as cheias do rio, que antes eram comuns e destruíam casas.

Em 2012 foi reconhecida pela Associação Legislativa do Estado de Pernambuco – Alepe – como a capital pernambucana da Coconicultura, sendo possível identificar o petrolandense como potência em produção e importação de coco. Mesmo que seja atividade comum na região, destaca-se uma identidade dinâmica e voltada ao campo agrícola, reforçando sua localização sertaneja no semiárido pernambucano.

4. Considerações finais

Uma cidade transitória, marcada por mudanças e pelo progresso desde seu nome, que passa por três batismos – Jatobá, Itaparica e Petrolândia. Assim, as grandes construções acompanharam o início e o fim do velho território. Nasceu da ferrovia, suas paisagens eram transformadas constantemente com as cheias do rio, e morre com a barragem. A inundação de suas terras consumou essa característica de não lugar, assim como Marc Augé (1994) afirma que a supermodernidade produz cada vez mais não lugares, pois retira a característica de identitário, relacional e sua historicidade.

A nova cidade ainda carrega esse destino de não lugar quando por ali passou outra obra, a transposição do rio São Francisco⁴. A partir desse traço, sua identidade se constrói na fluidez e aponta para uma dimensão mais flexível. Por um lado, traz desenvolvimento para a região do semiárido e es-

⁴ O projeto de transposição executado atualmente é um empreendimento do governo federal, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MI), destinado a, de acordo com o MI, assegurar a oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de pequenas, médias e grandes cidades da região semiárida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, prevista uma grande capacidade de vazão e disponibilizada para consumo humano (Castro, 2011).

timula a característica de resiliência da população. Por outro lado, sugere uma exploração de recursos e do povo dessa localidade.

Nessa pesquisa, as narrativas dos antigos moradores repercutem na produção de sentimentos nostálgicos, de saudade, banhados por uma posição melancólica. Ainda são voltadas para a perda, prolongando coletivamente o luto, reproduzido pelos jovens com uma certa curiosidade sobre os tempos de seus pais e avós. Por mais que a população conheça as memórias da cidade, é difícil o acesso a livros e produções acerca da história da Velha Petrolândia: parece que faltam elementos concretos que chamem para o que aconteceu, isso desde a educação até aspectos culturais próprios.

Diante disso, a juventude não demonstrou ter o conhecimento de como aconteceram a implantação da usina e a inundação da cidade. Esse foi um resultado inesperado e demonstrou que, na

verdade, seus familiares narram os modos de vida, os valores e os costumes daquele tempo. Por mais que os moradores do antigo município tenham essas memórias da construção da usina, a nova geração está alheia a esse processo, o qual foi marcado por movimentos sociais, acordos e desacordos com os órgãos responsáveis pela construção, sendo que esse momento histórico não é abordado de maneira aprofundada na formação do jovem petrolandense.

Portanto, a intervenção se revelou como contribuição para o fortalecimento da memória coletiva da cidade, oportunizou o diálogo entre pares com a possibilidade de identificação entre si, bem como propiciou ecoar a voz da população atingida pela barragem, subjugada no que tange aos aspectos psicossociais e de patrimônio cultural. Podemos vislumbrar que o processo de saúde das pessoas desse lugar passa pelas perdas, lutos e melancolização na construção afetiva de um povo com o seu território.

Referências

Antonio, C. S. *Roda de conversa: uma pesquisa bibliográfica sobre o tema*. 57 f. Campinas-SP, TCC (Graduação em Pedagogia) -Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2017.

Araújo, M. L. C. Grandes obras... Grandes impactos. *Cad. Est. Soc.*, Recife, 17(1), 5-30, jan./jul. 2001.

Augé, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

Batista-Soares, J. S. Análise do discurso e psicanálise: diálogos (im)possíveis? *Cadernos Cespuc*, Belo Horizonte, 28, 223-231, 2016.

Braga, A. C. S. M. A cidade de Sento Sé e a construção da Barragem do Sobradinho: memória, resistência e territorialidade no Nordeste brasileiro (1970-1990). *In: Anais do*

CONIER 3: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de outubro de 2014.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações, 2016. 119 p.

Calligaris, C. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000. Disponível em: <<https://chasqueweb.ufrgs.br/~slomp/edu01011/calligaris-adolescencia-cap-4.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Carneiro, H. F. Banalização do patrimônio cultural material e consequências perversas para a vida na cidade. *In: Martins, C. (Org.). Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006.

- Carneiro, H. F.; Ambertín, M. G.; Santos, M. B. dos; Cunha, T. C. M. C. da; Borja, R. V. Borja; Souza, C. R. B. de; Rocha, L. d'J. L. A.; Rocha, M. V. X.; Maia Jr., R. P.; Lima, R. S. Violência, culpa e ato: causas e efeitos subjetivos em adolescentes. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 16(3), 537-556, dez. 2010.
- Castro, C. N. Transposição do rio São Francisco: análise de oportunidade do projeto. IPEA, Rio de Janeiro, 2011.
- CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco. *Itaparica: a dor de um povo gerando energia*. Petrolândia-PE, 1992.
- CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. *Sistema Itaparica*. 2010. Disponível em: <http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/sistema-itaparica-1>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- Cunha, P. P. *Responsabilidade social corporativa: a memória do Programa de Reassentamento dos Atingidos pela Barragem da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (ex-Itaparica)*. 118 f. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2012.
- Duarte, V. *Atlântida. Errâncias do imaginário...* Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2015. p. 429-438.
- Focault, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- Freud, S. [1917] *Luto e melancolia*. Obras Completas, ESB, v. XV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Haesbaert, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- Halbwachs, M. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. V. XVIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades: Petrolândia*. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolandia/historico>>. Acesso em: 26 mar. 2018.
- Lacan, J. *O Seminário: Livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- Menezes, G. *De Jatobá a Petrolândia: três nomes, uma cidade, um povo*. Recife: Ed. do autor, 2014. 287 p.
- Melo, M. F. V. Psicanálise e análise de discurso: interlocuções possíveis e necessárias. *Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology*, [on-line], 1, 61-71, nov. 2005.
- Orlandi, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.
- Pastoral dos Reassentados. *Reassentados de Itaparica: memória, realidade, perspectivas pastorais*. Dioceses de Paulo Afonso, Juazeiro, Floresta e Petrolina. Maio de 1995.
- Pimentel Filho, G. O impacto ambiental das obras do setor elétrico: o reassentamento da população atingida pela Usina de Itaparica. *Rev. Adm. Públ.*, Rio de Janeiro, 3(22), 95-110, jul./dez. 1988.
- Pollack, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2(3), 3-15, 1989.
- Pollack, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5(10), 200-212, 1992.
- Polo Sindical. *Hora de mudar é hora de lembrar*. Petrolândia: CDDH, s.d.
- Ramos, Y. S.; Nascimento, N. V. do; Farias, M. S. S. de; Fernandes, A. H. M.; Quadrelli Neto, J. Degradação física das áreas de entorno do reservatório da usina hidrelétrica Luiz Gonzaga/PE, Brasil. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, Mossoró-RN, 7(5), 132-139, dez. 2012.
- Ruiz, J. A. *Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- Sá, A. M. A. L. *Barragem Luiz Gonzaga: um estudo de revisão sobre os impactos sociais e sua influência no contexto histórico*. 65 f. Recife, Monografia (Especialização em En-

-
- sino em História) - Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.
- Scott, P. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- Suassuna, C. C. A. Dano moral ambiental coletivo em populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos: o caso de Petrolândia (PE). *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, 2(1), primeiro semestre de 2007.
- Teixeira, M. N. O sertão semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. *Revista Sociedade e Estado*, 31(3), set./dez. 2016.
- Viana, A. *Políticas de desenvolvimento no vale do São Francisco: o polo sindical e as lutas dos atingidos pela barragem de Itaparica*. Rio de Janeiro: CDI/Koinonia, 1994.
- Vinuto, J. A amostragem em bola de neve na Pesquisa Qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, 22(44), 203-220, ago./dez. 2014.